



PARECER JURÍDICO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA REALIZAR. INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL DE POÇO ARTESIANO PERFURADO EM PARCERIA COM A AMOSC NO TERRENO Nº 09 DA QUADRA 69 DO LOTEAMENTO MIRANTE DO TREVO PARA ATENDER AS FAMÍLIAS RESIDENTES NA LINHA CAMPINA DO GREGÓRIO. NECESSIDADE EMERGENCIAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

1 – SÍNTESE

Trata-se de pedido de análise jurídica do procedimento administrativo de dispensa de licitação para contratação de empresa para realizar instalação de conjunto de equipamentos necessários para a extração de água potável de poço artesiano perfurado no terreno nº 09 da quadra 69 do loteamento Mirante do Trevo para atender às famílias da localidade denominada Linha Campina do Gregório.

O processo está devidamente instruído solicitação e justificativa, orçamentos, decreto municipal que declarou a emergência em razão da estiagem.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Com efeito, a estiagem que assola a região oeste do Estado de Santa Catarina ocasiona severa dificuldade na manutenção do fornecimento de água potável.



No caso concreto, a localidade denominada Linha Campina do Gregório, os poços artesanais existentes já não provem água suficiente para atendimento humano das famílias.

Considerando que recentemente o município perfurou um poço artesiano próximo à comunidade afetada, no terreno nº 09 da quadra 69 do loteamento Mirante do Trevo, com vazão de água suficiente para atender a demanda local e, ao menos, mitigar os danos causados pela estiagem, revela-se indispensável a instalação dos equipamentos necessários à captar e distribuir a água potável.

Ressalte-se, ainda, que atualmente o município está arcando com o transporte de água em caminhões pipa para atender a demanda da comunidade, providência que gera elevados custos ao erário.

Desta forma, considerando a situação emergencial descrita no Decreto 198, de 23 de abril de 2021, ainda em vigor, a necessidade de fornecimento de água potável como bem essencial à vida e à saúde, bem como a menor onerosidade do fornecimento de água do poço artesiano quando comparada ao transporte com caminhões, tem-se por comprovados os requisitos para a dispensa de licitação.

A emergência está relacionada a assegurar o respeito às garantias fundamentais, mormente em relação à saúde, corolário do direito à vida.

Não se pode deixar de citar que a Constituição Federal assegura o direito à água, que é essencial à vida e indispensável à saúde. Desta forma, observa-se que a Administração busca com esta contratação propiciar o fornecimento de água, a fim de atender as necessidades primordiais dos munícipes, uma vez que é indispensável à vida.

O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos



especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante procedimento licitatório público, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XX] - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, o Legislador ressalvou as hipóteses em que o Processo Licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável, ou seja, o próprio texto constitucional abre a possibilidade de a Lei Ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

As exceções acima mencionadas estão contempladas nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Como se nota, o caso em comento se trata de uma das hipóteses taxativamente previstas no corpo da Lei de Licitações (Lei Federal nº. 8.666/93), conforme dispõe o Art. 24, inciso IV, da citada lei, vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando



caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Consoante o Professor Manuel Justen Filho, para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

Nesse sentido, o entendimento do escritor Niebuhr¹ (2003):

A propósito, a redação dada ao inciso em comento é bastante clara ao autorizar a dispensa nos casos de emergência ou calamidade, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança das pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares. Dessa sorte, o que sobreleva na redação do inciso não é simplesmente a emergência ou a calamidade pública, mas a situação de urgência por elas provocada, que requerem a contratação imediata de determinado objeto, sem o qual o interesse público seria desatendido.

¹ (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. São Paulo: Dialética, 2003. p. 277).



O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação:

"(...) A urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto." (TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº 347/1994 - Plenário e TCU - Processo nº 500.296 / 96-0. Decisão nº 820 / 1996- Plenário)".

Ainda, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, configurado o risco para pessoas, obras, serviços, bens e equipamentos públicos ou particulares, admite-se a contratação direta emergencial, vejamos:

"REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TECNICA. CONTRATAÇÃO FUNDAMENTADA EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL. CONHECIMENTO. IMPROCEDENCIA.

1. A situação prevista no art. 24 IV, da Lei n 8.666/93 não distingue a emergência real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa, sendo cabível, em ambas as hipóteses, a contratação direta, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. 2. A incúria ou inércia administrativa caracteriza-se em relação ao comportamento individual de determinado agente público, não sendo possível falar-se da existência de tais situações de forma genérica, sem individualização de culpas." (TCU, TC 006.399/2008-2, Acórdão nº 1138/2011, Relator Min. UBIRATAN AGUIAR, Plenário, julgado em 04.05.2011)."



Assim, coadunando os fatos com as razões de direito acima estampadas, e demonstrada a necessidade emergencial para o atendimento imediato à comunidade da Linha Campina do Gregório, ante a situação grave de desabastecimento, possível e recomendável a adoção do procedimento para regularização do abastecimento de água potável.

Ademais, a demora na contratação representa severo risco de comprometimento de valores tutelados pelo ordenamento jurídico, em especial aos princípios constitucionais, bem como prejuízo ao desempenho da atividade produtiva no âmbito municipal.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se que estão presentes os aspectos formais e legais, razão pela qual, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do feito, devendo ser providenciado a ratificação e a respectiva publicação do processo na imprensa oficial, dentro do prazo legal, nos termos do artigo 26 da Lei Federal n. 8.666/93.

Salienta-se, por derradeiro, que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica/consultiva, não tendo o condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

Cordilheira Alta/ SC, 27 de Setembro de 2021.

Clériston Valentini – OAB/SC 27.754
Assessor Jurídico